



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

OBSERVAÇÃO

O Município de Mogi Guaçu/SP ALERTA a todos os licitantes que, por força do que fixa a legislação vigente e tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, está adotando como praxe a instauração dos processos administrativos sancionadores nos casos de prática de conduta vedada na lei e/ou no edital.

Solicitamos que as empresas elaborem e apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento em objeto da forma como foi previsto no edital e, dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, a solicitação para que as propostas sejam elaboradas de forma consciente e responsável, visando afastar quaisquer problemas futuros, tanto para a Administração Pública como para as empresas licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

LICITAÇÃO COM COTAS RESERVADAS EM ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AMPLA CONCORRÊNCIA

(Artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014¹)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12.577/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU**, através da Comissão Municipal de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE CARNES: BOVINAS, SUÍNAS E AVES, IQF, DE FORMA PROGRAMADA E PARCELADA, POR UM PÉRIODO DE 12 (DOZE) MESES**, para atender à todas as Unidades Escolares do Município, conforme solicitação da Secretaria da Educação, de acordo com o disposto neste edital.

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:

17 de novembro de 2021 às 09h30min

UASG: 986715 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU/SP

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no dia, hora e endereço eletrônico mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados pela autoridade competente.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, e o Decreto Municipal nº 24.355, de 10 de março de 2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br.

Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este Edital deverão ser enviados no prazo de **até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, endereçados exclusivamente via internet ao endereço Eletrônico: sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br.

As **eventuais impugnações** contra este Edital deverão ser encaminhadas com antecedência no prazo de **até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame**, podendo ser protocolizadas no Setor de Protocolo desta Prefeitura – Térreo, em dias úteis, das 08h00min às 16h00min, **ou** encaminhadas via internet ao endereço Eletrônico: sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br.

A sessão pública, esclarecimentos e eventuais impugnações, podem ser acompanhados pelo endereço www.gov.br/compras/pt-br, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “986715”.

Observação: A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 0,75%.

¹ **Art. 48.** Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

1 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA:

1.1- O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.

1.2- A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá em **17 de novembro de 2021 às 09h30min**, no site www.gov.br/compras/pt-br, nos termos das condições descritas neste Edital.

2 – DO OBJETO

2.1- Constitui objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO, a **AQUISIÇÃO DE CARNES: BOVINAS, SUÍNAS E AVES, IQF, DE FORMA PROGRAMADA E PARCELADA, POR UM PÉRIODO DE 12 (DOZE) MESES**, para atender à todas as Unidades Escolares do Município, conforme solicitação da Secretaria da Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2- A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3- Em casos de divergências entre Comprasnet, Edital, Termo de Referência, Proposta de Preços e Minuta de Contrato, prevalecerá o descrito no Termo de Referência, por ser o documento primário que deu base aos demais.

2.4- As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto à Comissão Municipal de Licitações pelo telefone (19) 3851-7030 / 3851-7031 e pelos e-mails cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br.

2.3- A licitante vencedora deverá executar o fornecimento, mediante solicitação do servidor público designado como gestor do Contrato.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1- As licitantes deverão estar previamente credenciadas junto ao órgão provedor – **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF/COMPRASNET**.

3.2- O credenciamento dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico – COMPRASNET.

3.3- As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para o registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, estão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

3.4- O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.5- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica em responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legalmente constituído e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6- Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

3.7- Deverá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou que resulte na inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.8- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.10- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.11- As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

4 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1- Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto (conforme CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, Contrato Social ou outra forma de comprovação de compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação legalmente admitido), desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2- Em cumprimento às disposições das Leis Complementares nºs 123/06 e 147/14, em seu art. 48, incisos I e III, os itens desta licitação serão divididos da seguinte maneira:

4.2.1- PARA OS ITENS 02, 04, 06, 08 e 10 COTA RESERVADA EM ATÉ 25% para ME/EPP: somente empresas enquadradas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pelas Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014.

4.2.2- PARA OS ITENS 01, 03, 05, 07 e 09, AMPLA CONCORRÊNCIA: todas as empresas interessadas que atendam aos requisitos do edital.

4.2.3- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

4.3- Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.4- Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.3- Enquadradas nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores;

4.4.4- Impedidas de licitar e/ou contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e da Súmula nº 51² do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

4.4.5- Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98 e impedidas de contratar para fins estabelecidos pela Lei Estadual nº 10.218/99;

4.4.6- Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

4.4.7- Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.8- Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.5- Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1- A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

4.5.2- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

4.5.3- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.4- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.5- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

² SÚMULA Nº 51 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

4.5.6- Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

4.5.7- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

4.5.8- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.7. DA VISITA TÉCNICA:

4.7.1.- As licitantes PODERÃO realizar Visita Técnica a qualquer dos locais que fazem parte do cronograma de entrega ponto a ponto para conhecimento dos locais e condições em que os produtos serão entregues, para ciência e verificação das adequações necessárias ao cumprimento da contratação, bem como, obter sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para elaboração da sua Proposta.

4.7.1.1.- *A licitante que não tenha realizado a visita técnica, não poderá deixar de realizar os fornecimentos nos termos e condições pactuadas sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.*

4.7.2.- As visitas poderão ser realizadas durante o período de publicação do edital até o dia anterior à data do Certame, no horário das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, com o devido agendamento no Departamento de Alimentação Escolar, através do telefone (19) 3831 9787 ou pelo e-mail: daemogi@gmail.com, onde será designado um responsável para acompanhamento e assinatura do Termo de Visita.

4.7.3.- Deverá ser apresentado credenciamento por escrito da pessoa designada pela empresa licitante que fará a visita no ato da vistoria.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2- O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2.1- A proposta enviada ao sistema em arquivo anexo poderá ser identificada, tendo em vista que, os documentos somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento da etapa de lances.

5.3- Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4- Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7- Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a **descrição detalhada do item cotado, informando marca/fabricante, peso, informações nutricionais (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário e total do item**, com no máximo 02 (duas) casas decimais a vírgula.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

5.7.1- As empresas licitantes poderão ofertar até “duas” marcas para cada item, mantendo-se as mesmas condições e preços referente ao item ofertado.

5.8- O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

5.9- Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Mogi Guaçu.

5.10- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.11- Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.12- Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1- No dia 17 de novembro de 2021 às 09h30min, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

6.2- O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1- O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL do item.

6.5.2- O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.6- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8- O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento)**.

6.9- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.10- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

6.12- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.14- Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.15- Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

6.15.1- Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.16- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20- Em relação a itens com participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22- A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25- Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.26- A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.27- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.27.1- no país;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

- 6.27.2-** por empresas brasileiras;
- 6.27.3-** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.27.4-** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.28-** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.29-** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.
- 6.30-** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.31-** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.32-** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.33-** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

7.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

7.1.1- Se a proposta de menor valor estiver acima do “valor máximo aceitável”, o Pregoeiro deverá realizar a negociação para o alcance do melhor preço, ou seja, inferior ou igual ao registrado no sistema eletrônico.

7.1.2- Não obtendo sucesso, a oferta será desclassificada e proceder-se-á à verificação da proposta ou lance subsequente (obedecendo-se à classificação dos licitantes) até conseguir atingir o valor perseguido, sob pena de fracassar o item.

7.2- Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço simbólico ou de valor zero, ou ainda manifestadamente inexecutável.

7.2.1- Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3- Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5- O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (DUAS) HORAS, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1- O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5.2- Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6- Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7- Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

7.8- O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1- Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9- Se não houver proposta de acordo com art. 49, incisos II e III da Lei Complementar 123/2006 para a cota reservada, está poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preços aceitáveis.

7.10- Na hipótese de uma mesma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sagrar-se vencedora quanto à cota principal e à reservada, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo preço da cota de menor valor.

7.11- Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8 - DA HABILITAÇÃO:

8.1- Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1- SICAF;

8.1.2- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de SP;

8.1.3- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ; e

8.1.4- Sistema Eletrônico de Certidões da CGU - Controladoria-Geral da União (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

8.2- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4- No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5- A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

8.5.1- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.5.1.1- Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.5.2- Prova de registro empresarial no caso de empresa individual;

8.5.3- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.5.4- Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.6- A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

8.6.1- Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

8.6.2- Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.6.3- Prova de regularidade junto à **Fazenda Federal**, comprovada mediante a apresentação de **Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida ativa da União (DAU) por elas administrados;

8.6.4- Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual (dívida ativa)**, relativa à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado:

a) Certidão de Regularidade de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pelo Estado sede da empresa licitante ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.

8.6.5- Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a Tributos Mobiliários, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do licitante.

8.6.6- Prova de situação regular da empresa licitante perante o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF do FGTS)**.

8.6.7- Prova de situação regular da empresa licitante perante a **Justiça do Trabalho – TST**.

8.6.7.1- Para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista também serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional, não sendo aceito protocolo de solicitação de documentos.

8.6.7.2- Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.6.7.2.1- A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.7- A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

8.7.1- A empresa licitante primeira colocada, deverá comprovar aptidão para a realização do objeto da presente licitação, através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a empresa licitante realizou ou esteja realizando, em qualquer época, o fornecimento do produto ofertado ou semelhante ao objeto, atestando execução satisfatória dos produtos ofertados, em no mínimo 30% das quantidades estimadas. (Súmula 24 do TCESP)

8.7.1.1- Somente serão considerados válidos atestados com identificação da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física, identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro.

8.8- A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

8.8.1- Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a abertura do certame.

8.8.2- Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a abertura do certame.

8.8.3- Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

8.9- OUTROS DOCUMENTOS:

8.9.1- Deverá apresentar ainda **Declaração Unificada** conforme modelo constante do ANEXO III.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

8.9.1.1- A falta da declaração citada no subitem 8.9.1 não causará a inabilitação/desclassificação do proponente, estando o mesmo ciente de que, assim que solicitado por responsáveis da Comissão Municipal de Licitações, deverá fornecer os dados.

8.10- A habilitação dos licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

8.10.1- O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **substituirá apenas** os documentos indicados nos subitens acima **8.5. - Habilitação Jurídica, 8.6 - Regularidade fiscal e trabalhista e 8.8. - Qualificação econômico-financeira**, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

8.10.2- Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.10.3- Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.11- Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

8.12- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14- No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16- Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17- O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.17.1- Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.18- Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, a pregoeira o convocará para apresentação dos documentos exigidos na Cláusula 10 e respectivos subitens.

9 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO:

9.1- Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item, ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.2- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.3- O licitante deverá anexar a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, num prazo de até 02 (DUAS) HORAS de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 08h às 16h**, contados da convocação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

9.4- Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Mogi Guaçu quanto do emissor.

9.5- A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço e documentos de habilitação, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

9.5.1- Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

9.6- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**

9.7- Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada, deixar de enviar os documentos complementares, ou se o documento for rejeitado ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

9.8- A proposta deverá conter:

9.8.1- **Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;**

9.8.2- **Preço unitário e total**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

9.8.3- Indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

9.8.4- Prazo de **validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

9.8.5- **Indicação/especificação do produto, marca/fabricante, embalagem, composição, valores nutricionais, peso e demais informações cabíveis ao objeto licitado (se houver);**

9.8.5.1- As empresas licitantes poderão ofertar até “duas” marcas para cada item, mantendo-se as mesmas condições e preços referente ao item ofertado.

9.8.6- O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**, com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.8.7- A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital e Anexos** sob pena de desclassificação.

9.8.8- O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

9.8.9- A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

9.8.10- A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.8.11- O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS E AMOSTRAS:

10.1.- A empresa licitante vencedora deverá apresentar em **até 20 (vinte) dias úteis**, original ou cópia autenticada, os seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

10.1.1.- Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária da sede da licitante, dentro de seu período de validade;

10.1.2.- Ficha Técnica do produto cotado emitida pelo fabricante e assinada pelo Responsável Técnico do fabricante;

10.1.3.- Laudo bromatológico completo e conclusivo, COMPATÍVEL COM A AMOSTRA, contendo análises físico-químicas, microbiológicas e organolépticas. Caso este laudo não esteja completo, poderão ser anexados outros, complementando-os, desde que referentes à amostra do mesmo lote e data de fabricação. Os laudos apresentados não poderão ter data superior a 12 (doze) meses da entrega da documentação e deverão ser emitidos por:

A.- Laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura ou;

B.- Laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde ou da Agricultura para análises de alimentos para fins de registro ou controle ou;

C.- Laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais ou;

D.- Laboratórios vinculados às Secretárias de Estado da Saúde ou da Agricultura para análises de alimentos;

10.2.- O laudo bromatológico poderá ser ainda solicitado durante a execução do contrato, para qualquer item, caso haja dúvidas ou problemas com relação à qualidade do produto entregue, correndo as despesas por conta da empresa contratada, com base no artigo 75 da Lei Federal nº 8666/93.

10.3.- Registro de Rótulo do produto no órgão competente acompanhado do memorial descritivo do produto.

10.4.- Registro atualizado no Serviço de Inspeção Federal – SIF ou SISP - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo ou registro equivalente, da empresa fabricante do produto.

10.5.- Certificado de Vistoria (CVS) dos veículos que farão o transporte, mínimo dois veículos, expedido pela Vigilância Sanitária do Município do Licitante, inclusive terceirizada, conforme portaria CVS para transporte de produtos congelados.

10.6- DAS AMOSTRAS:

10.6.1.- Juntamente com os documentos técnicos, a licitante vencedora deverá apresentar 02 (duas) amostras dos produtos, de acordo com o prazo estabelecido no item 10.1.

10.6.2.- As amostras serão avaliadas pela nutricionista da DAE (Divisão de Alimentação Escolar) juntamente com membros do CAE (Conselho Municipal de Alimentação Escolar), priorizando a composição nutricional, embalagens e segurança alimentar, da forma como foi exigido pelo edital.

10.6.3.- As empresas licitantes poderão ofertar até duas marcas para cada item, mantendo-se as mesmas condições e preços referente ao item ofertado, inclusive a documentação complementar exigida.

10.7.- As amostras e documentos deverão ser encaminhadas a Secretaria de Educação - Divisão de Alimentação Escolar, Avenida Bandeirantes, nº 945, Parque Cidade Nova, na cidade de Mogi Guaçu/SP, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, aos cuidados do Assessor Técnico, Ricardo Tobias de Moraes.

10.8- A não apresentação de amostras e documentos técnicos, ou inadequação às exigências técnicas especificadas no edital, ensejará a desclassificação da proposta apresentada, com relação ao item correspondente do produto da(s) empresa(s) temporariamente declarada vencedora.

10.8.1- Ocorrendo a hipótese de desclassificação estabelecida no item anterior, o Pregoeiro examinará as propostas ou lances subsequentes, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Ficando as empresas remanescentes cientes desde já que também deverão apresentar amostras e documentos quando convocadas pelo Pregoeiro.

11 – DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL:

11.1- A documentação de habilitação, solicitada no item 8, e a proposta original, **caso solicitada**, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro – Mogi Guaçu - SP, CEP 13840-904. Aos cuidados da Comissão Municipal de Licitações e o pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.1.1- No caso de autenticação em cartório virtual, os mesmos deverão estar acompanhados das respectivas chaves de autenticidade para averiguação.

11.1.2- Somente haverá necessidade de apresentação de documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento constante do sistema.

11.2- Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

11.3- Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12 – DOS RECURSOS:

12.1- Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2- A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

12.3- Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4- Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.gov.br/compras/pt-br.

12.5- Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade competente.

12.6- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

12.8- Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

13 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2- A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1- Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante melhor classificado será declarado vencedor.

14.1.1- Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, documentação técnica e amostras, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

14.2- A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14.2.1- A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

15 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

15.1- Vide Minuta de Contrato – ANEXO IV.

16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1- Vide Minuta de Ata de Registro de Preços – ANEXO IV.

17 – DA CONTRATAÇÃO:

17.1- Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados no Contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO IV** deste Edital.

17.2- O Contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a CONTRATADA a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da efetiva convocação expedida pela Comissão Municipal de Licitações.**

17.3- Não sendo assinado o Contrato ou retirado instrumento equivalente, poderá a Administração convocar o outro proponente classificado, observada a ordem da classificação, para celebrar o Contrato ou retirar instrumento equivalente nas mesmas condições de sua oferta, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

17.4- A(s) convocação(ões) referida(s) pode(m) ser formalizada(s) por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

17.5- O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo inicial, sob alegação de motivo justo, que poderá ou não ser aceito pela PREFEITURA de acordo com seu critério. Não havendo decisão, a assinatura do Contrato ou retirada de instrumento equivalente deverá ser formalizada no prazo previsto no item 17.2.

17.6- A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a as sanções previstas neste Edital.

17.7- A licitante CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos fornecimentos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

17.8- No ato da assinatura do Contrato, a empresa licitante vencedora se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação – ANEXO V, conforme resolução do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

17.9- CASO SEJA NECESSÁRIO, na assinatura do Contrato, poderão ser exigidos os seguintes documentos:

17.9.1- Procuração no caso de representante(s) da(s) empresa(s) ou contrato social no caso de sócio proprietário.

17.9.2- A Procuração no caso de representante (pública ou particular com firma reconhecida em cartório) deverá conter: como Mandante a(s) empresa(s), representada(s) legalmente por quem de direito, expressa e claramente os poderes especiais para assinatura do Contrato pelo Mandatário.

17.9.3- Cédula de identificação.

17.10- Quando o adjudicatário convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a assinar o Contrato ou não entregar o documento exigido no item 17.9., será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18 – DA GARANTIA CONTRATUAL:

18.1- Após a adjudicação e homologação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, o que poderá ser feito em dinheiro, ou em título da dívida pública, ou em seguro garantia ou em carta de fiança bancária, diretamente na TESOURARIA da PREFEITURA. São elas:

a) CAUÇÃO EM DINHEIRO, que deverá ser depositada na TESOURARIA da PREFEITURA, no primeiro andar do mesmo endereço mencionado no início deste contrato;

b) TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA;

c) SEGURO-GARANTIA ou FIANÇA BANCÁRIA, na forma da legislação vigente, que deverão conter, conforme o caso: i) Prazo de validade correspondente ao início do período de vigência do contrato até o recebimento definitivo ou término



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

do prazo de execução; ii) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações; iii) Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei Federal nº 8666/93.

18.1.1- Se a adjudicatária optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar disposição expressa, estipulando a responsabilidade da Seguradora pelo pagamento dos valores relativos a multas de quaisquer espécies, aplicadas à tomadora dos seguros.

18.1.2- Caso a adjudicatária exerça a opção por caucionar títulos da dívida pública, deverá demonstrar para a PREFEITURA, através de documentos idôneos a autenticidade do título, seu valor de mercado atualizado e ainda, através de documento do órgão ou pessoa de direito público, comprovação de forma inequívoca que o mesmo é resgatável de imediato ou que tenha cotação para negociação em pregão ou instituição financeira.

18.1.3- Se efetuada por meio de caução em dinheiro, essa poderá ser recolhida com depósito identificado em conta corrente, a favor da PREFEITURA, com fornecimento de comprovante de pagamento com autenticação digital no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recolhimento, diretamente à Tesouraria no endereço mencionado no Preâmbulo deste edital.

18.1.4- A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1.5- A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

19 - DAS PENALIDADES

19.1- A desistência da proposta, lance ou oferta e a recusa em celebrar o Contrato no prazo estabelecido no item 17.2., quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou ainda deixar de comunicar superveniência de fato impeditivo da habilitação ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

19.1.1- Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, lance ou oferta adjudicada.

19.1.2- Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Mogi Guaçu e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral, pelo período de até 05 (cinco) anos.

19.1.3- Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, a licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, à sanção adiante prevista:

19.1.4- Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Mogi Guaçu, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 05 (cinco) anos.

19.1.5- Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento.

19.1.6- Rescisão do Contrato se a contratação já estiver efetuada, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

19.2- Na hipótese de descumprimento por parte da empresa CONTRATADA das obrigações assumidas em contrato ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da(s) falta(s) cometida(s), as penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato – ANEXO IV.

20 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

20.1- Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para **impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.**

20.2- As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro podendo ser protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 16h00, no Setor de Protocolo - Térreo, na Rua Henrique Coppi, nº 200, Centro, Mogi Guaçu/SP, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br.

20.3- Caberá ao Pregoeiro, receber e examinar as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, encaminhando as impugnações à decisão pela autoridade competente, no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

20.4- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração do Edital não afetar a formulação da proposta.

20.5- A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

20.6- Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br.

20.7- O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.8- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.9- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.10- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1- O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial da União através do endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/>, Diário Oficial do Estado de São Paulo através do endereço eletrônico <https://www.imprensaoficial.com.br/>, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.mogiguacu.sp.gov.br/.

21.2- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.3- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.4- Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

21.5- Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.

21.6- No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

21.7- Em casos de divergências entre Comprasnet, Edital, Termo de Referência, Proposta de Preços e Minuta de Contrato, prevalecerá o descrito no Termo de Referência, por ser o documento primário que deu base aos demais.

21.8- Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

21.9- Os documentos emitidos através da Internet poderão ser conferidos pela Equipe de Apoio.

21.10- Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

21.11- Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

21.12- O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

21.13- Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.14- Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

21.15- Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.16- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.17- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu.

21.18- As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

21.19- Constitui motivo justo para inabilitação de desclassificação da proponente, ou rescisão do contrato, a falsidade de qualquer documento dado ou declaração, fornecidos ou prestados pela Proponente, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível e representação ao Ministério Público com fins penais.

21.20- O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no 6º andar do paço municipal, sito na Rua Henrique Coppi, nº 200, Loteamento Morro do Ouro, Mogi Guaçu – SP, em dias úteis, no horário das 08 horas às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.21- A participação nesta licitação em qualquer de suas fases, implica a plena aceitação de todas as suas cláusulas e condições.

21.22- Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

22- DOS ANEXOS:

22.1- Integram o presente edital os seguintes anexos:

22.1.1- ANEXO I – Termo de Referência;

22.1.2- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

22.1.3- ANEXO III – Modelo de Declaração unificada;

22.1.4- ANEXO IV – Minuta de Contrato; e

22.1.5- ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação.

Mogi Guaçu, 28 de outubro de 2021.

Thaís Suelen da Silva
PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE
LICITAÇÕES

Kelly Cristina Camilotti Cavalheiro
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.1. Aquisição de produtos cárneos de forma programada e parcelada por um período de 12 (doze) meses para atender todas as Unidades Escolares do Município conforme solicitação da Secretaria de Educação - Departamento de Alimentação Escolar, nas seguintes quantidades e especificações:

ITENS COTA RESERVADA ME/EPP e AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor unitário/ indicar marca e fabricante	Valor Total
01 A	67.500	KG	CARNE BOVINA TIPO PATINHO EM CUBOS (IQF) In natura, padrão extra limpo, sem aparas, sem temperos ou condimentos, cortadas em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo, congelada IQF (congelamento rápido individual) sem ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódulos linfáticos, exsudatos, poderá conter no máximo 5% de gorduras. Aspecto próprio de carne, não amolecida, nem pegajosa, cor característica vermelho vivo, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios. Validade mínima de 8 meses, a contar da data da entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico contendo 01 a 02 Kg. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbado SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.		
02 R	22.500	KG	CARNE BOVINA TIPO PATINHO EM CUBOS (IQF) In natura, padrão extra limpo, sem aparas, sem temperos ou condimentos, cortadas em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo, congelada IQF (congelamento rápido individual) sem ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódulos linfáticos, exsudatos, poderá conter no máximo 5% de gorduras. Aspecto próprio de carne, não amolecida, nem pegajosa, cor característica vermelho vivo, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios. Validade mínima de 8 meses, a contar da data da entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico contendo 01 a 02 Kg. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.		
03 A	15.000	KG	CARNE BOVINA PATINHO CONGELADA EM ISCA IQF		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

			<p>Descrição: Carne bovina em iscas/tiras sem osso – tipo patinho, medindo aproximadamente 05cm de comprimento x 01 cm largura x 01 cm de espessura. Provenientes de machos de espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses) contendo no máximo 3% de lipídeos. A carne bovina em iscas congelada, no corte patinho, deve apresentar -se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagens: Primária: sacos plásticos de polietileno, de material atóxico, transparentes e resistentes, com informações de identificação para própria embalagem primária, com vedação termossoldada. Peso: pacote de 01 a 2kg. Secundaria: caixa de papelão ondulado, reforçado, contendo 6 pacotes cada.</p> <p>Lacradas com fita gomada, de modo a garantir a resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Deve obedecer a Instrução Normativa n. 83 de 21 de novembro de 2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Registro do SIF e rotulagem de acordo com a vigente. Validade: 08 meses a contar da data de entrega.</p>		
04 R	5.000	KG	<p>CARNE BOVINA PATINHO CONGELADA EM ISCA IQF</p> <p>Descrição: Carne bovina em iscas/tiras sem osso – tipo patinho, medindo aproximadamente 05cm de comprimento x 01 cm largura x 01 cm de espessura. Provenientes de machos de espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses) contendo no máximo 3% de lipídeos. A carne bovina em iscas congelada, no corte patinho, deve apresentar -se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagens: Primária: sacos plásticos de polietileno, de material atóxico, transparentes e resistentes, com informações de identificação para própria embalagem primária, com vedação termossoldada. Peso: pacote de 01 a 2kg. Secundaria: caixa de papelão ondulado, reforçado, contendo 6 pacotes cada.</p> <p>Lacradas com fita gomada, de modo a garantir a resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Deve obedecer a Instrução Normativa n. 83 de 21 de novembro de 2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Registro do SIF e rotulagem de acordo com a vigente. Validade: 08 meses a contar da data de entrega.</p>		
05 A	45.000	KG	<p>CARNE SUINA PERNIL SEM OSSO EM CUBOS (IQF)</p> <p>In natura, extra limpa, sem pele, sem temperos, aditivos, ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódos linfáticos, exsudatos, parasitas, sujidades e qualquer substância que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, deverá conter no máximo 5% de gorduras, cortada em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo,</p>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

			congelada IQF (congelamento rápido, individual). Aspecto próprio de carne não amolecida, nem pegajosa. Validade mínima de 08 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 02 Kg. Nó rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.		
06 R	15.000	KG	CARNE SUINA PERNIL SEM OSSO EM CUBOS (IQF) In natura, extra limpa, sem pele, sem temperos, aditivos, ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódos linfáticos, exsudatos, parasitas, sujidades e qualquer substância que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, deverá conter no máximo 5% de gorduras, cortada em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo, congelada IQF (congelamento rápido, individual). Aspecto próprio de carne não amolecida, nem pegajosa. Validade mínima de 08 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 02 Kg. Nó rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.		
07 A	48.750	KG	CARNE DE PEITO DE FRANGO (IQF) Peito de frango in natura, sem pele, ossos ou cartilagens, congelada IQF (congelamento rápido individual) poderá conter no máximo 2% de gorduras, ser isento de exsudatos, temperos ou condimentos. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 01 a 02 Kg. Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega. Deve estar íntegra, lacrada, sem água e sem rachaduras ou furos. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 10 a 24 Kg com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas.		
08 R	16.250	KG	CARNE DE PEITO DE FRANGO (IQF) Peito de frango in natura, sem pele, ossos ou cartilagens, congelada IQF (congelamento rápido		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

			<p>individual) poderá conter no máximo 2% de gorduras, ser isento de exsudatos, temperos ou condimentos. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 01 a 02 Kg.</p> <p>Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega. Deve estar íntegra, lacrada, sem água e sem rachaduras ou furos. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISF. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 10 a 24 Kg com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas.</p>		
09 A	18.000	KG	<p>CARNE DE FRANGO SOBRECOXA EM CUBOS (IQF)</p> <p>Sobrecoxa de frango em cubos, congelado, sem osso, sem pele, sem cartilagens, sem temperos ou condimentos, cortado em maquinário próprio ou manualmente em formato de cubos medindo aproximadamente 4x4x4 cm, poderá conter no máximo 14% de gorduras, congelados separadamente (IQF). Embalagem primária: saco plástico termosoldado transparente, resistente e atóxico contendo 01 ou 02 kg; As embalagens devem estar íntegras (lacradas), e a carne deve apresentar textura firme, cor rosada. Não poderá apresentar cheiro desagradável, superfície viscosa e nem exsudada.</p> <p>Nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, peso líquido, número do lote e carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou SISF. Deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005.</p> <p>Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada, resistente ao impacto e as condições de estocagem, identificada pelo nome da empresa, contendo de 10 a 24 Kg, com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas. Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega.</p>		
10 R	6.000	KG	<p>CARNE DE FRANGO SOBRECOXA EM CUBOS (IQF)</p> <p>Sobrecoxa de frango em cubos, congelado, sem osso, sem pele, sem cartilagens, sem temperos ou condimentos, cortado em maquinário próprio ou manualmente em formato de cubos medindo aproximadamente 4x4x4 cm, poderá conter no máximo 14% de gorduras, congelados separadamente (IQF). Embalagem primária: saco plástico termosoldado transparente, resistente e atóxico contendo 01 ou 02 kg; As embalagens devem estar íntegras (lacradas), e a carne deve apresentar textura firme, cor rosada. Não poderá apresentar cheiro desagradável, superfície viscosa e nem exsudada.</p> <p>Nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, peso líquido, número do lote e carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou SISF. Deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005.</p> <p>Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada, resistente ao impacto e as condições de estocagem, identificada pelo nome da empresa, contendo de 10 a</p>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

		24 Kg, com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas. Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega.		
--	--	--	--	--

- Os itens que possuem a letra “A” na frente do número (Exemplo: 01 A) pertencem à AMPLA CONCORRÊNCIA, os quais todas as empresas poderão participar.
- Os itens que possuem a letra “R” na frente do número do item (Exemplo: 02R) pertencem à COTA RESERVADA, os quais apenas licitantes enquadradas como ME/EPP poderão participar.

2 - JUSTIFICATIVA:

2.1. A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

2.2. Enquanto que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica e dever do Estado, justificando-se assim, a aquisição de diversos tipos de gêneros alimentícios, destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município, sendo: EMEIs, CEIs, EMEFs, EEs e Entidades Filantrópicas ligadas ao ensino.

3 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O valor estimado para a contratação em objeto é de **R\$ 9.717.027,50 (nove milhões setecentos e dezessete mil vinte e sete reais e cinquenta centavos)**, obtidos dos valores da média dos orçamentos conforme Mapa Demonstrativo.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Despesa		Órgão	
826	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental - PRÓPRIO
827	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental - PNAE
830	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental - QESE
1494	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental - FUNDESP
1728	12.362.2006.2077-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino AEE - PNAE
2569	12.365.2006.2557-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Creches - PNAE
2570	12.365.2006.2557-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Pré Escola - PNAE
836	12.365.2006.2557-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda EJA - PNAE
2568	12.362.2006.2077-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Médio - PNAE

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, contados da entrega e aceite total dos itens contidos no romaneio de entrega, e documental fiscal.

5.2. A efetivação do pagamento será de forma programada através de depósito bancário em conta vinculada ao CNPJ da contratada.

6 - DO ÍNDICE DE REAJUSTE:

6.1. No caso de prorrogação de prazo de vigência contratual, poderá ser aplicado o índice INPC, ou outro índice que o índice que o Governo Federal venha adotar para os contratos da espécie.

6.2. Poderá ser utilizada para critérios de preços em eventual prorrogação de prazo e/ou reequilíbrio financeiro econômico, informações do Boletim Diário de Preços emitido pelo IEA (Instituto de Economia Agropecuária) do Estado de São Paulo, bem como, outros Órgãos ou Institutos ligados ao monitoramento de preços de mercado, para fins de acompanhamento de preços do produto ou matéria prima principal utilizada no produto.

7 - DA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Conforme estabelecido no item 8.7.1 do edital.

8 - DA DOCUMENTAÇÃO ESPECIAL EXIGIDA E AMOSTRAS:

8.1. Conforme estabelecido na Cláusula 10 e subitens do edital.

9 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO:

9.1. As empresas contratadas deverão realizar as entregas, de acordo com as necessidades de consumo e locais da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Cláusula 9.4) e alterações desses locais, que vierem a ocorrer, de forma parcelada, no primeiro dia útil de cada semana, nas quantidades estipuladas no Romaneio de fornecimento, expedidos pelo e-mail;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

9.1.1. As entregas deverão ser realizadas ponto a ponto por conta e risco da CONTRATADA, em transporte preparado para produto perecível congelado, em aproximadamente 100 (cem) Unidades Escolares, com total aproximado de 160 quilômetros dividido em duas rotas de entregas e acompanhadas por responsável designado da DAE;

9.1.2. No ato da entrega dos produtos, a contratada deverá disponibilizar pessoal capacitado sob sua inteira responsabilidade para fazer o descarregamento manual nos locais indicados em cada uma das Unidades Escolares, acompanhado pelo responsável designado da Secretaria da Educação – Departamento de Alimentação Escolar;

9.1.3. As entregas deverão ser realizadas após envio de documento formal (romaneio de entrega) mencionando a data prevista e quantidades a serem entregues. O pedido de entrega será encaminhado à contratada através do e-mail: daemogi@gmail.com, com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias;

9.1.4. Todas as entregas deverão estar acompanhadas da DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) e certidões negativas dentro da validade referentes ao FGTS e Dívida Ativa da União. Também será obrigatório o envio do arquivo XML para o e-mail: daemogi@gmail.com para pesquisa junto ao SEFAZ (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo).

9.2. O Gestor do Contrato exercerá a fiscalização da entrega dos produtos e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

9.2.1. As exigências e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto deste contrato.

9.3. No ato da entrega dos produtos, se houver casos de irregularidades ou mesmo falta de atendimento de alguma especificação, os mesmos serão devolvidos, tendo o proponente um prazo de no máximo 02 (dois) dias úteis para substituição destes, sem qualquer ônus à Municipalidade, arcando com as consequências legais caso não cumpra os prazos pré-estabelecidos.

9.3.1. Os itens que estiverem com suas embalagens deterioradas no momento da entrega, serão devolvidos para a empresa contratada para a devida troca.

9.4. DOS LOCAIS DE ENTREGA PONTO A PONTO:

9.4.1. As entregas nos locais abaixo mencionados deverão ocorrer às Segundas-feiras das 07:00 h às 16:00 h, ou caso não seja dia letivo, considerar o próximo dia útil, nas quantidades informadas no romaneio de entrega. Não será admitida a entrega dos produtos fora dos horários indicados.

rde	ROTA 01 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
1	EE Padre Armani	Rua Siqueira Campos, 132	Centro
2	EMEF Profa. Maria Diva Franco de Oliveira	Rua Antonio Pataro, 780	Jd. Rosa Cruz
3	EMEI Profa. Cleyde Pinheiro Volpe	Rua Waldomiro Caveanha, sn	Jd. Rosa Cruz
4	CEAPE	Rua Manoel de Souza Mendes, 480	Jd. Progresso
5	CEI Prof. Nanci Simoni Franco	Rua Alcides Toledo, 87	Jd. Guaçu Mirim
6	EE Profª Sônia Apª Maximiano Bueno	Rua Maria Carmela Apª Miachon, 70	Jd. Novo Itacolomy
7	EMEI Profa. Therezinha Ap. V. de Camargo	Av. Francisco Mamede, sn	Jd. Munhoz
8	EMEF Prof. Antonio Carnevalle Filho	Rua Cristovão Colombo, 2101	Jd. Novo Itacolomy
9	CEI Maria Cândida da Silva	Rua João Cornélio, 245	Jd. Bandeirantes
10	EMEI Ivone Soares	Rua João Cornélio, 225	Jd. Bandeirantes
11	EE Prof. João Pessoa Maschietto	Rua Cesar Abud, 175	Jd. Itamaraty
12	EMEI Prof. Francisco R. Sampaio	Rua Milo Armani, sn	Jd. Itamaraty
13	EMEF Profa. Rita de Cássia Gomes da Silva Cola	Av. Clotilde Miachon Bueno, 80	Pq. dos Eucaliptos
14	EMEI Profa. Marisa de Fátima Savacini Ferraz	Av. Clotilde Miachon Bueno, sn	Pq. dos Eucaliptos
15	EMEI Ver. Jayme Pansani	Praça Dom João VI, 264	Vila Paraíso
16	APAE Mogi Guaçu	Avenida Padre Jaime, 1082	Jd. Planalto Verde
17	EMEF Antonio Giovanni Lanzi	Rua Sete de Setembro, 72	Vila Paraíso



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

18	CEI Hanne Saad Noumi	Av. Padre Jaime, 617	Jd. Planalto Verde
19	EMEI Prof. Olavo de Oliveira	Avenida Padre Jaime, 807	Jd. Planalto Verde
20	EE Padre Longino Vastbinder	Rua Itatiba, 585	Jd. Itacolomy
21	EMEI Prof. Altino Martini	Praça São Vicente, sn	Jd. Itacolomy
22	EMEI Oscar Pansani	Rua Francisco Pansani, 15	Jd. Hedy
23	EMEF Profa. Guilhermina Lopes Rodrigues	Praça Hermínio Bueno, S/N	Jd. Hedy
24	EE Prof. Nelson Girard	Rua João Marquesi, 20	Jd. Hedy
rde	ROTA 02 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
25	EMEF Prof. Milton Franco de Faria	Rua Joaquim Lino de Almeida, 90	Jd. Suécia
26	CEI Marilene Ferreira Mamede Franco	Av. Emília Marchi Martini, 2773	Jd. Boa Vista
27	EMEF Anira Franco de Campos	Rua Eduardo Marchiori, 70	Jd. Esplanada
28	CEI Leonor Mendes de Barros	Rua Domingos Toso, 115	Jd. Esplanada
29	EMEI Gilberto Bueno	Rua Domingos Toso, 75	Jd. Esplanada
30	EMEI Jesner Falsete	Rua Bolivar Franco da Cunha, sn	Jd. Sta. Maria
31	EMEF Waldomiro Calmazini	Rua Francisco Alves Pereira, 390	Jd. Almira
32	EMEI Marina Falsetti	Rua João Assenço, 56	Jd. Presidente
33	EMEF Profa. Maria Júlia Bueno	Av. Washington Luis, 314	Vila São Carlos
34	EE Francisco Antonio Gonçalves (FAG)	Rua Tambaú, 01	Jd. Santo Antonio
35	EMEI Francisca de Lima	Av. São Carlos, 498	Vila São Carlos
36	EE Profª Zenaide Franco de Faria Mello	Rua São Caetano do Sul, 419	Vila Leila
37	EMEI Hermínio Zanco	Rua São Caetano Sul, sn	Jd. Sto. André
38	EMEI João Batista Leister	Rua Ver. Pedro Franco de Campos, sn	Jd. Novo I
39	CEI Maestro Geraldo Vedovello	Rua Ver. Pedro Franco de Campos, 486	Jd. Novo I
40	CEI Sinésio Ramos	Rua Honório Orlando Martini, 385	Jd. Novo II
41	ETEC Euro Albino	Rua Antônio Luís Filho, 350	Jd. Novo II
42	EMEF Alice de Campos Silva	Rua Anselmo Pessini, 07	Jd. Novo II
43	EMEI Mário Vedovello	Rua Cineu Ravagnani, sn	Jd. Zaniboni
44	EMEI Prof. Carlos Franco de Faria	Avenida Suécia, sn	Jd. Sta. Terezinha I
45	CEI Lar Menino Jesus	Av. Suécia, 957	Jd. Sta. Terezinha I
46	EE Benedita Nair Xavier Vedovello	Rua Benedito Maia Figueiredo, 216	Jd. São Pedro
rde	ROTA 03 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
47	CEI Padre Longino Vastbinder	Rua Walter Augusto, 290	Jd. Sta. Terezinha I
48	EMEF Jd. Santa Terezinha II - CAIC	Rua José Jaime de Campos, 30	Jd. Sta. Terezinha II
49	EMEI Francisco Martinho Miranda Filho	Rua Abel Volpe, 145	Jd. Sta. Terezinha II
50	CEI Décio Gonçalves Luis	Rua Abel Volpe, 145	Jd. Sta. Terezinha II
51	EE Terezinha Ap. Vilani de Camargo	Rua Jorge França de Camargo, 355	Jd. Fantinato
52	EMEI Profa. Izete Gonçalves Mamede	Rua Luiza Spitti de Luiz, 20	Jd. Chaparral
53	EMEF Profa. Márcia Helena Martini Falsete Risola	Rua Dr. Walter Fernandes de Oliveira Jr, 20	Jd. Chaparral
54	CEI Therezinha Peres	Av. Custódio Silva Neto, 805	Jd. Chaparral
55	CEI Rui Bueno	Rua Geraldo Marchesi, 245	Jd. Pansani
56	EMEF Profa. Iná Aparecida de Oliveira Marconi	Rua José Rodrigues Neto, 2315	Jd. Nova Canaã II
57	EMEI Vereador Juvenal Rodrigues	Rua Hélio Pereira de Lima, 185	Jd. Sta. Cecília
58	CEI Mário Magri	Rua José Lopes da Silva, 21	Jd. Pantanal
59	EMEF Adirce Cenedeze Caveanha	Rua José Rubens Caveanha, 151	Jd. Ipê V
60	EMEI Prof. José Maria Rangel	Rua José Rubens Caveanha, 151	Jd. Ipê V
61	EE Roberto Antonialli	Rua Sebastião Silvano Andrade, 120	Jd. Santa Cruz



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

62	EMEB Ubirajara Ramos - EF	Avenida Mariaa Tereza Vedovello S/N	Res. Ypê Amarelo
62	EMEI Ubirajara Ramos - EI	Avenida Mariaa Tereza Vedovello S/N	Res. Ypê Amarelo
63	CEI Therezinha Boretti	Av. Georgina T. de Oliveira x Av. 03, nº 100	Res. Ypê Amarelo
64	CEI Alzira Silva Vedovello "Dona Zizi"	Rua José Cavalheri, 100	Jd. Ipê VI
65	EMEI Eva Aparecida Estancial Teodoro	Rua Francisco Ferrari, 25	Jd. Ipê VI
66	EMEI Francisco Mamede	Rua Antonio Bassani, sn	Jd. Ipê I
67	EMEF Cleonice Ap. da Cruz Kilburn Thiele	Rua Francisco Montedioca, S/N	Jd. Ipê I
68	EMEF Prof. Carlos Franco de Faria	Rua Das Tulipas, 11	Jd. Ipê Pinheiros
69	EMEI Aida Rocha	Avenida dos Ipês, sn	Jd. Ipê Pinheiros
rde	ROTA 04 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
70	CEI Ernst Mahle	Rua das Azaléias, 70	Jd. Ypê Pinheiros
71	EMEI Profa. Márcia Kuntz de A. Polito	Rua ana Nunes de Mattos Melo, 910	Jd. Guaçuano
72	EMEF Profa. Marina Ap. Rogério Paschoalotti	Rua Jair Pedro da Silva, 200	Jd. Guaçuano
73	CEI Clotilde Miachon Bueno	Rua Fortunato Bonon, 135	Jd. Boa Esperança
74	EE Profª Angela Maria Paixão Costa	Rua Ayres dos Santos, 200	Jd. Boa Esperança
75	EE Profª Almerinda Rodrigues	Rua Jandaia do Sul, 11	Jd. Ipe II
76	EMEI Ver. João Veridiano Franco	Rua Cianorte, 74	Jd. Ipê II
77	CEI Adolphina de Souza Martini	Rua Cianorte, 78	Jd. Ipê II
78	EMEF Profa. Emilia Vedovello Pedroso	Rua Colorado, 98	Jd. Ipê III
79	EMEI Maíra Morari Casagrande	Rua Colorado, 220	Jd. Ipê III
80	EE Profª Anália de Almeida Bueno	Rua Inácio Franco Alves, 970	Pq. Cidade Nova
81	EMEF Padre Estevo Fernando Laurindo	Rua Guaranis, 40	Jd. Igaçaba
82	EMEI Prof. Guilhermina L. Rodrigues	Rua dos Guaranis, 58	Jd. Igaçaba
83	EMEI Adriana Missio	Av. Melvin Jones, 640	Jd. Nossa S. das Graças
84	EMEF João Bueno Junior	Praça Barão do Rio Branco, sn,	Jd. Centenário
85	CEI Casa da Criança	Rua. Dr. Benedito Macário de Mattos, S/N	Bairro Pedregulhal
86	Prof. Cid Chiarelli - FEG - EF	Rua Hugo Pancieira, 386,	Bairro Pedregulhal
86	Prof. Cid Chiarelli - FEG - EM	Rua Hugo Pancieira, 386,	Bairro Pedregulhal
86	Prof. Cid Chiarelli - FEG - EI	Rua Hugo Pancieira, 386,	Bairro Pedregulhal
87	EE Luiz Martini	Rua Francisco Franco godoi bueno,175	Bairro Pedregulhal
rde	ROTA 05 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
88	EE Penitenciária Feminina M. Guaçu	Rod. Almino Monteiro A. Affonso, km 15,50	Martinho Prado Jr.
89	CEI Francisca Mª de Jesus Silva	Rua Benedito de Lima, 530	Martinho Prado Jr.
90	EMEI Maria Quinelli de Oliveira	Rua Benedito de Lima. 530	Martinho Prado Jr.
91	EMEF Prof. Geraldo Sorg	Rua Zulmira de Freitas Costa, 125	Martinho Prado Jr.
91	EE Prof. Geraldo Sorg	Rua Zulmira Freitas Costa,125	Martinho Prado Jr.
92	CEI Jeanne Paule Marie Schellen Van Parys	Rua João Quinelli, 180	Martinho Prado Jr.
93	EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	Rua Joaquim Rodrigues da Silva, 555	Chácara Alvorada
94	EMEI Yole B. Oliveira	Rua Joaquim Rodrigues da Silva, sn	Chácara Alvorada
95	CEI Lourdes Alavaski da Silva (Lar de Maria)	Rua Milton Tonetto, sn	Chácara Alvorada
96	EE Cleide da Fonseca Ferreira	SP 340 - Rod. Dep. Mário Beni -km 186, s/n	Bairro Itaqui
97	EMEI Profa. Maria Luiza Sartorão Sgarbi	SP 342 - Km 187	Bairro Nova Louzã
98	EMEF Coronel Joaquim Leite de Souza	SP 342 - Km 187	Bairro Nova Louzã
98	EE Cel. Joaquim Leite de Souza	SP 342 - Km 187	Bairro Nova Louzã



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

99	EMEI Profa. Ana Francisca Mamede	Bairro da Roseira, sn	Roseira
100 - Local de entrega dos romaneios e documentos fiscais			
Secretaria de Educação - DAE		Av. Bandeirantes, 945 - Pq Cidade Nova	

10 - DA GARANTIA CONTRATUAL:

10.1. Conforme estabelecido na Cláusula 19 do edital.

11 - CONDIÇÕES ESPECIAIS:

11.1. Os produtos ofertados deverão atender a todas as condições fixadas neste termo, atendendo rigorosamente a composição (embalagem do produto deve conter estas informações) medidas, peso, certificações, etc.

11.2. Os produtos ofertados deverão estar rotulados em suas embalagens primárias e secundárias com todas as informações referentes ao fabricante, valores nutricionais, composição, entre outros, conforme legislação vigente.

11.2.1. Os produtos deverão apresentar-se em embalagens íntegras e livres de sujidades ou de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-las ou encobrir qualquer alteração em seu interior.

11.2.2. Os produtos deverão ser manipulados em boas condições de higiene, congelados e armazenados em temperaturas adequadas, inclusive no seu transporte, com temperaturas entre -15º a -20º C e bem higienizados em seu interior.

11.3. ORGANOLÉPTICAS: Aspecto: Próprio das espécies, não amolecida ou pegajosa; Cor: Própria, uniforme, sem qualquer tipo de mancha; Odor: Próprio; Sabor: Próprio.

11.4. Todos os produtos deverão estar de acordo com as resoluções RDC, instruções e portarias do MAPA a que lhes conferem.

12 - DA VISITA TÉCNICA:

12.1. As licitantes PODERÃO realizar Visita Técnica a qualquer dos locais que fazem parte do cronograma de entrega ponto a ponto para conhecimento dos locais e condições em que os produtos serão entregues, para ciência e verificação das adequações necessárias ao cumprimento da contratação, bem como, obter sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para elaboração da sua Proposta.

12.1.1. A licitante que não tenha realizado a visita técnica, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.

12.2. As visitas poderão ser realizadas durante o período de publicação do edital até o dia anterior à data do Certame, no horário das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, com o devido agendamento no Departamento de Alimentação Escolar, através do telefone (19) 3831 9787 ou pelo e-mail: daemogi@gmail.com, onde será designado um responsável para acompanhamento e assinatura do Termo de Visita.

12.3. Deverá ser apresentado credenciamento por escrito da pessoa designada pela empresa licitante que fará a visita no ato da vistoria.

13 - DOS GESTORES DO CONTRATO:

13.1. Gestor - Educação

Ricardo Tobias de Moraes
Assessor Técnico
CPF 252.594.618-94
daemogi@gmail.com

13.2. Gestor Substituto Educação

Miguel Antonio Borges da Silva Junior
Diretor de Departamento
CPF 311.080.978-80
almoxarifado.se@gmail.com

Responsáveis pelo termo de referência:

Maria Claudia Sinico
Nutricionista do DAE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU
ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

Miguel Antonio Borges da Silva Junior
Diretor Técnico de Departamento

Clayton Dal'Ava
Secretário Municipal de Educação Interino



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU
A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.
Rua Henrique Coppi, nº 200, Centro, 6º andar.

NOME DA EMPRESA: _____
ENDEREÇO: _____
CIDADE: _____ ESTADO: _____
CNPJ Nº: _____ INSC. EST. Nº: _____
TEL: _____ E-MAIL: _____

Referente: **Pregão Eletrônico nº 22/2021**

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, destinado a **AQUISIÇÃO DE CARNES: BOVINAS, SUÍNAS E AVES, IQF, DE FORMA PROGRAMADA E PARCELADA, POR UM PÉRIODO DE 12 (DOZE) MESES**, para atender à todas as Unidades Escolares do Município, conforme solicitação da Secretaria da Educação,, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

ITENS COTA RESERVADA ME/EPP e AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor unitário/ indicar marca e fabricante	Valor Total
01 A	67.500	KG	CARNE BOVINA TIPO PATINHO EM CUBOS (IQF) In natura, padrão extra limpo, sem aparas, sem temperos ou condimentos, cortadas em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo, congelada IQF (congelamento rápido individual) sem ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódulos linfáticos, exsudatos, poderá conter no máximo 5% de gorduras. Aspecto próprio de carne, não amolecida, nem pegajosa, cor característica vermelho vivo, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios. Validade mínima de 8 meses, a contar da data da entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico contendo 01 a 02 Kg. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbado SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

02 R	22.500	KG	CARNE BOVINA TIPO PATINHO EM CUBOS (IQF) In natura, padrão extra limpo, sem aparas, sem temperos ou condimentos, cortadas em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo, congelada IQF (congelamento rápido individual) sem ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódulos linfáticos, exsudatos, poderá conter no máximo 5% de gorduras. Aspecto próprio de carne, não amolecida, nem pegajosa, cor característica vermelho vivo, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios. Validade mínima de 8 meses, a contar da data da entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico contendo 01 a 02 Kg. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.		
03 A	15.000	KG	CARNE BOVINA PATINHO CONGELADA EM ISCA IQF Descrição: Carne bovina em iscas/tiras sem osso – tipo patinho, medindo aproximadamente 05cm de comprimento x 01 cm largura x 01 cm de espessura. Provenientes de machos de espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses) contendo no máximo 3% de lipídeos. A carne bovina em iscas congelada, no corte patinho, deve apresentar -se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagens: Primária: sacos plásticos de polietileno, de material atóxico, transparentes e resistentes, com informações de identificação para própria embalagem primária, com vedação termosoldada. Peso: pacote de 01 a 2kg. Secundaria: caixa de papelão ondulado, reforçado, contendo 6 pacotes cada. Lacradas com fita gomada, de modo a garantir a resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Deve obedecer a Instrução Normativa n. 83 de 21 de novembro de 2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Registro do SIF e rotulagem de acordo com a vigente. Validade: 08 meses a contar da data de entrega.		
04 R	5.000	KG	CARNE BOVINA PATINHO CONGELADA EM ISCA IQF Descrição: Carne bovina em iscas/tiras sem osso – tipo patinho, medindo aproximadamente 05cm de comprimento x 01 cm largura x 01 cm de espessura. Provenientes de machos de espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses) contendo no máximo 3% de lipídeos. A carne bovina em iscas congelada, no corte patinho, deve apresentar -se livre de parasitas e de qualquer		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

			<p>substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagens: Primária: sacos plásticos de polietileno, de material atóxico, transparentes e resistentes, com informações de identificação para própria embalagem primária, com vedação termossoldada. Peso: pacote de 01 a 2kg. Secundária: caixa de papelão ondulado, reforçado, contendo 6 pacotes cada.</p> <p>Lacradas com fita gomada, de modo a garantir a resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Deve obedecer a Instrução Normativa n. 83 de 21 de novembro de 2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Registro do SIF e rotulagem de acordo com a vigente. Validade: 08 meses a contar da data de entrega.</p>		
05 A	45.000	KG	<p>CARNE SUINA PERNIL SEM OSSO EM CUBOS (IQF) In natura, extra limpa, sem pele, sem temperos, aditivos, ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódos linfáticos, exsudatos, parasitas, sujidades e qualquer substância que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, deverá conter no máximo 5% de gorduras, cortada em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo, congelada IQF (congelamento rápido, individual). Aspecto próprio de carne não amolecida, nem pegajosa. Validade mínima de 08 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 02 Kg. Nó rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.</p>		
06 R	15.000	KG	<p>CARNE SUINA PERNIL SEM OSSO EM CUBOS (IQF) In natura, extra limpa, sem pele, sem temperos, aditivos, ossos, cartilagens, aponeuroses, tendões, coágulos, nódos linfáticos, exsudatos, parasitas, sujidades e qualquer substância que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, deverá conter no máximo 5% de gorduras, cortada em cubos, medindo aproximadamente 3x3x3cm cada cubo, congelada IQF (congelamento rápido, individual). Aspecto próprio de carne não amolecida, nem pegajosa. Validade mínima de 08 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 02 Kg. Nó rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.</p>		
07 A	48.750	KG	<p>CARNE DE PEITO DE FRANGO (IQF)</p>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

			<p>Peito de frango in natura, sem pele, ossos ou cartilagens, congelada IQF (congelamento rápido individual) poderá conter no máximo 2% de gorduras, ser isento de exsudatos, temperos ou condimentos. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 01 a 02 Kg.</p> <p>Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega. Deve estar íntegra, lacrada, sem água e sem rachaduras ou furos. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 10 a 24 Kg com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas.</p>		
08 R	16.250	KG	<p>CARNE DE PEITO DE FRANGO (IQF)</p> <p>Peito de frango in natura, sem pele, ossos ou cartilagens, congelada IQF (congelamento rápido individual) poderá conter no máximo 2% de gorduras, ser isento de exsudatos, temperos ou condimentos. Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termosoldado, atóxico, contendo 01 a 02 Kg.</p> <p>Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega. Deve estar íntegra, lacrada, sem água e sem rachaduras ou furos. No rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 10 a 24 Kg com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas.</p>		
09 A	18.000	KG	<p>CARNE DE FRANGO SOBRECOXA EM CUBOS (IQF)</p> <p>Sobrecoxa de frango em cubos, congelado, sem osso, sem pele, sem cartilagens, sem temperos ou condimentos, cortado em maquinário próprio ou manualmente em formato de cubos medindo aproximadamente 4x4x4 cm, poderá conter no máximo 14% de gorduras, congelados separadamente (IQF). Embalagem primária: saco plástico termosoldado transparente, resistente e atóxico contendo 01 ou 02 kg; As embalagens devem estar íntegras (lacradas), e a carne deve apresentar textura firme, cor rosada. Não poderá apresentar cheiro desagradável, superfície viscosa e nem exsudada.</p> <p>Nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, peso líquido, número do lote e carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou SISP. Deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005.</p> <p>Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada, resistente ao impacto e as condições de estocagem, identificada pelo nome da empresa, contendo de 10 a</p>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

			24 Kg, com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas. Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega.		
10 R	6.000	KG	CARNE DE FRANGO SOBRECOXA EM CUBOS (IQF) Sobrecoxa de frango em cubos, congelado, sem osso, sem pele, sem cartilagens, sem temperos ou condimentos, cortado em maquinário próprio ou manualmente em formato de cubos medindo aproximadamente 4x4x4 cm, poderá conter no máximo 14% de gorduras, congelados separadamente (IQF). Embalagem primária: saco plástico termosoldado transparente, resistente e atóxico contendo 01 ou 02 kg; As embalagens devem estar íntegras (lacradas), e a carne deve apresentar textura firme, cor rosada. Não poderá apresentar cheiro desagradável, superfície viscosa e nem exsudada. Nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, peso líquido, número do lote e carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou SISF. Deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada, resistente ao impacto e as condições de estocagem, identificada pelo nome da empresa, contendo de 10 a 24 Kg, com identificação do produto e datas de fabricação e validade expressas. Com validade mínima de 08 (seis) meses, a contar da data de entrega.		

- Os itens que possuem a letra "A" na frente do número (Exemplo: 01 A) pertencem à AMPLA CONCORRÊNCIA, os quais todas as empresas poderão participar.
- Os itens que possuem a letra "R" na frente do número do item (Exemplo: 02R) pertencem à COTA RESERVADA, os quais apenas licitantes enquadradas como ME/EPP poderão participar.

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa dias), a contar da data de encerramento desta licitação.

PRAZO DE ENTREGA: Entrega parcelada e programada semanalmente por período de 12 (doze) meses.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) dias, contados da entrega total do pedido de entrega.

DECLARAMOS que estamos de acordo com os termos do Edital, e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e demais contribuições pertinentes de nossa responsabilidade, sem qualquer exceção, constituindo-se o referido preço unitário nas únicas contraprestações da PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU pelos efetivos fornecimentos, sob nossa conta e risco.

DECLARAMOS que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso nossa proposta não seja aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU.

(Local) _____, _____ de _____ de 2021.
(dia) (mês)

Identificação da empresa licitante e assinatura do representante legal
Nome por extenso, cargo e CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU
A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, sob as penas da lei que, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como, que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2016.

***Este item só deverá constar caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte.**

2) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc.), **responsável pela assinatura do Contrato.**

3) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço

E-mail:

Telefone: (___)

4) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

5) Nomeamos e constituímos, como nosso Preposto, o senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº 22/2021 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

_____, _____ de _____ de 2021.
Local dia mês

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: A falta da declaração não causará a inabilitação/desclassificação do proponente, estando o mesmo ciente de que, assim que solicitado por responsáveis da Comissão Municipal de Licitações, deverá fornecer os dados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____ /2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12.577/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU E A EMPRESA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 45.301.264/0001-13, com sede na Rua Henrique Coppi, nº 200, Centro, na cidade de Mogi Guaçu/SP, representada pelo Prefeito Municipal, **RODRIGO FALSETTI**, portador do RG nº 22.784.386-1 e CPF nº 268.525.708-00, conforme Delegação de Competência fixada pelo Termo de Compromisso e Posse de 01 de janeiro de 2021, de ora em diante designada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº __, no bairro de _____, na cidade de _____, estado de _____, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo(a) Senhor(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, na qualidade de vencedora do **Pregão Eletrônico nº 22/2021, Processo Licitatório nº 12.577/2021**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 24.355/2020 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e nos casos omissos, prevalecerão as normas do Código Civil e demais legislações pertinentes, firmam o presente contrato, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS:

1.1.- Objetiva o presente instrumento a **AQUISIÇÃO DE CARNES: BOVINAS, SUÍNAS E AVES, IQF, DE FORMA PROGRAMADA E PARCELADA, POR UM PÉRIODO DE 12 (DOZE) MESES**, para atender à todas as Unidades Escolares do Município, conforme solicitação da Secretaria da Educação, conforme Edital, Termo de Referência e Anexos que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, de acordo com o item, quantitativo e valor proposto, a seguir discriminados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Depende do julgamento do Pregão...

1.2.- Nos referidos preços estão inclusos todos os custos de responsabilidade da **CONTRATADA**, sem qualquer exceção, entre eles: Custos de aquisição, taxas, impostos devidos aos órgãos federal, estadual e municipal, fretes, seguros, salários e encargos trabalhistas/sociais/previdenciários e outros correlatos, constituindo-se os referidos preços nas únicas contraprestações da **CONTRATANTE** pelo efetivo e correto fornecimento pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

2.1.- DO PRAZO:

2.1.1 –A **CONTRATADA** deverão realizar as entregas, de acordo com as necessidades de consumo e locais da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO indicou no item 2.2, deste contrato, e alterações desses locais, que vierem a ocorrer, de forma parcelada, no primeiro dia útil de cada semana, nas quantidades estipuladas no Romaneio de fornecimento, expedidos pelo e-mail;

2.1.2 – As entregas deverão ser realizadas ponto a ponto por conta e risco da **CONTRATADA**, em transporte preparado para produto perecível congelado, em aproximadamente 100 (cem) Unidades Escolares, com total aproximado de 160 quilômetros dividido em duas rotas de entregas e acompanhadas por responsável designado da DAE;

2.1.3- No ato da entrega dos produtos, a contratada deverá disponibilizar pessoal capacitado sob sua inteira responsabilidade para fazer o descarregamento manual nos locais indicados em cada uma das Unidades Escolares, acompanhado pelo responsável designado da Secretaria da Educação – Departamento de Alimentação Escolar- As entregas deverão ser realizadas após envio de documento formal (romaneio de entrega) mencionando a data prevista e quantidades a serem entregues. O pedido de entrega será encaminhado à contratada através do e-mail: daemogi@gmail.com, com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias.

2.1.4.- Todas as entregas deverão estar acompanhadas da DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) e certidões negativas dentro da validade referentes ao FGTS e Dívida Ativa da União. Também será obrigatório o envio do arquivo XML para o e-mail: daemogi@gmail.com para pesquisa junto ao SEFAZ (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo).

2.1.5- O Gestor do Contrato exercerá a fiscalização da entrega dos produtos e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

2.1.6.- As exigências e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto deste contrato.

2.1.7.- No ato da entrega dos produtos, se houver casos de irregularidades ou mesmo falta de atendimento de alguma especificação, os mesmos serão devolvidos, tendo o proponente um prazo de no máximo 02 (dois) dias úteis para substituição destes, sem qualquer ônus à Municipalidade, arcando com as consequências legais caso não cumpra os prazos pré estabelecidos.

2.1.7.1.- Os itens que estiverem com suas embalagens deterioradas no momento da entrega, serão devolvidos para a empresa contratada para a devida troca.

2.2. - DOS LOCAIS DE ENTREGA PONTO A PONTO

2.2.1 - As entregas nos locais abaixo mencionados deverão ocorrer às segundas-feiras das 07:00 h às 16:00 h, ou caso não seja dia letivo, considerar o próximo dia útil, nas quantidades informadas no romaneio de entrega. Não será admitida a entrega dos produtos fora dos horários indicados.

rde	ROTA 01 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
1	EE Padre Armani	Rua Siqueira Campos, 132	Centro
2	EMEF Profa. Maria Diva Franco de Oliveira	Rua Antonio Pataro, 780	Jd. Rosa Cruz
3	EMEI Profa. Cleyde Pinheiro Volpe	Rua Waldomiro Caveanha, sn	Jd. Rosa Cruz
4	CEAPE	Rua Manoel de Souza Mendes, 480	Jd. Progresso
5	CEI Prof. Nanci Simoni Franco	Rua Alcides Toledo, 87	Jd. Guaçu Mirim
6	EE Profª Sônia Apª Maximiano Bueno	Rua Maria Carmela Apª Miachon, 70	Jd. Novo Itacolomy
7	EMEI Profa. Therezinha Ap. V. de Camargo	Av. Francisco Mamede, sn	Jd. Munhoz
8	EMEF Prof. Antonio Carnevalle Filho	Rua Cristovão Colombo, 2101	Jd. Novo Itacolomy
9	CEI Maria Cândida da Silva	Rua João Cornélio, 245	Jd. Bandeirantes
10	EMEI Ivone Soares	Rua João Cornélio, 225	Jd. Bandeirantes
11	EE Prof. João Pessoa Maschietto	Rua Cesar Abud, 175	Jd. Itamaraty
12	EMEI Prof. Francisco R. Sampaio	Rua Milo Armani, sn	Jd. Itamaraty
13	EMEF Profa. Rita de Cássia Gomes da Silva Cola	Av. Clotilde Miachon Bueno, 80	Pq. dos Eucaliptos
14	EMEI Profa. Marisa de Fátima Savacini Ferraz	Av. Clotilde Miachon Bueno, sn	Pq. dos Eucaliptos
15	EMEI Ver. Jayme Pansani	Praça Dom João VI, 264	Vila Paraíso
16	APAE Mogi Guaçu	Avenida Padre Jaime, 1082	Jd. Planalto Verde
17	EMEF Antonio Giovanni Lanzi	Rua Sete de Setembro, 72	Vila Paraíso
18	CEI Hanne Saad Noumi	Av. Padre Jaime, 617	Jd. Planalto Verde
19	EMEI Prof. Olavo de Oliveira	Avenida Padre Jaime, 807	Jd. Planalto Verde
20	EE Padre Longino Vastbinder	Rua Itatiba, 585	Jd. Itacolomy
21	EMEI Prof. Altino Martini	Praça São Vicente, sn	Jd. Itacolomy
22	EMEI Oscar Pansani	Rua Francisco Pansani, 15	Jd. Hedy
23	EMEF Profa. Guilhermina Lopes Rodrigues	Praça Hermínio Bueno, S/N	Jd. Hedy
24	EE Prof. Nelson Girard	Rua João Marquesi, 20	Jd. Hedy
rde	ROTA 02 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
25	EMEF Prof. Milton Franco de Faria	Rua Joaquim Lino de Almeida, 90	Jd. Suécia
26	CEI Marilene Ferreira Mamede Franco	Av. Emília Marchi Martini, 2773	Jd. Boa Vista
27	EMEF Anira Franco de Campos	Rua Eduardo Marchiori, 70	Jd. Esplanada
28	CEI Leonor Mendes de Barros	Rua Domingos Toso, 115	Jd. Esplanada
29	EMEI Gilberto Bueno	Rua Domingos Toso, 75	Jd. Esplanada
30	EMEI Jesner Falsete	Rua Bolivar Franco da Cunha, sn	Jd. Sta. Maria
31	EMEF Waldomiro Calmazini	Rua Francisco Alves Pereira, 390	Jd. Almira
32	EMEI Marina Falsetti	Rua João Assenço, 56	Jd. Presidente
33	EMEF Profa. Maria Júlia Bueno	Av. Washington Luis, 314	Vila São Carlos
34	EE Francisco Antonio Gonçalves (FAG)	Rua Tambaú, 01	Jd. Santo Antonio
35	EMEI Francisca de Lima	Av. São Carlos, 498	Vila São Carlos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

36	EE Profª Zenaide Franco de Faria Mello	Rua São Caetano do Sul, 419	Vila Leila
37	EMEI Hermínio Zanco	Rua São Caetano Sul, sn	Jd. Sto. André
38	EMEI João Batista Leister	Rua Ver. Pedro Franco de Campos, sn	Jd. Novo I
39	CEI Maestro Geraldo Vedovello	Rua Ver. Pedro Franco de Campos, 486	Jd. Novo I
40	CEI Sinésio Ramos	Rua Honório Orlando Martini, 385	Jd. Novo II
41	ETEC Euro Albino	Rua Antônio Luís Filho, 350	Jd. Novo II
42	EMEF Alice de Campos Silva	Rua Anselmo Pessini, 07	Jd. Novo II
43	EMEI Mário Vedovello	Rua Cineu Ravagnani, sn	Jd. Zaniboni
44	EMEI Prof. Carlos Franco de Faria	Avenida Suécia, sn	Jd. Sta. Terezinha I
45	CEI Lar Menino Jesus	Av. Suécia, 957	Jd. Sta. Terezinha I
46	EE Benedita Nair Xavier Vedovello	Rua Benedito Maia Figueiredo, 216	Jd. São Pedro
rde	ROTA 03 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
47	CEI Padre Longino Vastbinder	Rua Walter Augusto, 290	Jd. Sta. Terezinha I
48	EMEF Jd. Santa Terezinha II - CAIC	Rua José Jaime de Campos, 30	Jd. Sta. Terezinha II
49	EMEI Francisco Martinho Miranda Filho	Rua Abel Volpe, 145	Jd. Sta. Terezinha II
50	CEI Décio Gonçalves Luis	Rua Abel Volpe, 145	Jd. Sta. Terezinha II
51	EE Terezinha Ap. Vilani de Camargo	Rua Jorge França de Camargo, 355	Jd. Fantinato
52	EMEI Profa. Izete Gonçalves Mamede	Rua Luiza Spitti de Luiz, 20	Jd. Chaparral
53	EMEF Profa. Márcia Helena Martini Falsete Risola	Rua Dr. Walter Fernandes de Oliveira Jr, 20	Jd. Chaparral
54	CEI Therezinha Peres	Av. Custódio Silva Neto, 805	Jd. Chaparral
55	CEI Rui Bueno	Rua Geraldo Marchesi, 245	Jd. Pansani
56	EMEF Profa. Iná Aparecida de Oliveira Marconi	Rua José Rodrigues Neto, 2315	Jd. Nova Canaã II
57	EMEI Vereador Juvenal Rodrigues	Rua Hélio Pereira de Lima, 185	Jd. Sta. Cecília
58	CEI Mário Magri	Rua José Lopes da Silva, 21	Jd. Pantanal
59	EMEF Adirce Cenedeze Caveanha	Rua José Rubens Caveanha, 151	Jd. Ipê V
60	EMEI Prof. José Maria Rangel	Rua José Rubens Caveanha, 151	Jd. Ipê V
61	EE Roberto Antonialli	Rua Sebastião Silvano Andrade, 120	Jd. Santa Cruz
62	EMEB Ubirajara Ramos - EF	Avenida Mariaa Tereza Vedovello S/N	Res. Ypê Amarelo
62	EMEI Ubirajara Ramos - EI	Avenida Mariaa Tereza Vedovello S/N	Res. Ypê Amarelo
63	CEI Therezinha Boretti	Av. Georgina T. de Oliveira x Av. 03, nº 100	Res. Ypê Amarelo
64	CEI Alzira Silva Vedovello "Dona Zizi"	Rua José Cavalheri, 100	Jd. Ipê VI
65	EMEI Eva Aparecida Estancial Teodoro	Rua Francisco Ferrari, 25	Jd. Ipê VI
66	EMEI Francisco Mamede	Rua Antonio Bassani, sn	Jd. Ipê I
67	EMEF Cleonice Ap. da Cruz Kilburn Thiele	Rua Francisco Montedioca, S/N	Jd. Ipê I
68	EMEF Prof. Carlos Franco de Faria	Rua Das Tulipas, 11	Jd. Ipê Pinheiros
69	EMEI Aida Rocha	Avenida dos Ipês, sn	Jd. Ipê Pinheiros
rde	ROTA 04 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
70	CEI Ernst Mahle	Rua das Azaléias, 70	Jd. Ypê Pinheiros
71	EMEI Profa. Márcia Kuntz de A. Polito	Rua ana Nunes de Mattos Melo, 910	Jd. Guaçuano
72	EMEF Profa. Marina Ap. Rogério Paschoalotti	Rua Jair Pedro da Silva, 200	Jd. Guaçuano
73	CEI Clotilde Miachon Bueno	Rua Fortunato Bonon, 135	Jd. Boa Esperança
74	EE Profª Angela Maria Paixão Costa	Rua Ayres dos Santos, 200	Jd. Boa Esperança
75	EE Profª Almerinda Rodrigues	Rua Jandaia do Sul, 11	Jd. Ipe II
76	EMEI Ver. João Veridiano Franco	Rua Cianorte, 74	Jd. Ipê II
77	CEI Adolphina de Souza Martini	Rua Cianorte, 78	Jd. Ipê II



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

78	EMEF Profa. Emilia Vedovello Pedroso	Rua Colorado, 98	Jd. Ipê III
79	EMEI Maíra Morari Casagrande	Rua Colorado, 220	Jd. Ipê III
80	EE Profª Anália de Almeida Bueno	Rua Inácio Franco Alves, 970	Pq. Cidade Nova
81	EMEF Padre Estevo Fernando Laurindo	Rua Guaranis, 40	Jd. Igaçaba
82	EMEI Prof. Guilhermina L. Rodrigues	Rua dos Guaranis, 58	Jd. Igaçaba
83	EMEI Adriana Missio	Av. Melvin Jones, 640	Jd. Nossa S. das Graças
84	EMEF João Bueno Junior	Praça Barão do Rio Branco, sn,	Jd. Centenário
85	CEI Casa da Criança	Rua. Dr. Benedito Macário de Mattos, S/N	Bairro Pedregulhal
86	Prof. Cid Chiarelli - FEG - EF	Rua Hugo Pancieira, 386,	Bairro Pedregulhal
86	Prof. Cid Chiarelli - FEG - EM	Rua Hugo Pancieira, 386,	Bairro Pedregulhal
86	Prof. Cid Chiarelli - FEG - EI	Rua Hugo Pancieira, 386,	Bairro Pedregulhal
87	EE Luiz Martini	Rua Francisco Franco godoi bueno,175	Bairro Pedregulhal
rde	ROTA 05 - Unidade Escolar	Endereço	Bairro
88	EE Penitenciária Feminina M. Guaçu	Rod. Almino Monteiro A. Affonso, km 15,50	Martinho Prado Jr.
89	CEI Francisca Mª de Jesus Silva	Rua Benedito de Lima, 530	Martinho Prado Jr.
90	EMEI Maria Quinelli de Oliveira	Rua Benedito de Lima. 530	Martinho Prado Jr.
91	EMEF Prof. Geraldo Sorg	Rua Zulmira de Freitas Costa, 125	Martinho Prado Jr.
91	EE Prof. Geraldo Sorg	Rua Zulmira Freitas Costa,125	Martinho Prado Jr.
92	CEI Jeanne Paule Marie Schellen Van Parys	Rua João Quinelli, 180	Martinho Prado Jr.
93	EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	Rua Joaquim Rodrigues da Silva, 555	Chácara Alvorada
94	EMEI Yole B. Oliveira	Rua Joaquim Rodrigues da Silva, sn	Chácara Alvorada
95	CEI Lourdes Alavaski da Silva (Lar de Maria)	Rua Milton Tonetto, sn	Chácara Alvorada
96	EE Cleide da Fonseca Ferreira	SP 340 - Rod. Dep. Mário Beni -km 186, s/n	Bairro Itaqui
97	EMEI Profa. Maria Luiza Sartorão Sgarbi	SP 342 - Km 187	Bairro Nova Louzã
98	EMEF Coronel Joaquim Leite de Souza	SP 342 - Km 187	Bairro Nova Louzã
98	EE Cel. Joaquim Leite de Souza	SP 342 - Km 187	Bairro Nova Louzã
99	EMEI Profa. Ana Francisca Mamede	Bairro da Roseira, sn	Roseira
100 - Local de entrega dos romaneios e documentos fiscais			
Secretaria de Educação - DAE		Av. Bandeirantes, 945 - Pq Cidade Nova	

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

3.1.- A **CONTRATANTE**, através do Gestor do Contrato, no momento da entrega do(s) item(ns), verificará se o(s) mesmo(s) está(ão) de acordo com as especificações mínimas solicitadas. Caso não esteja(m), será(ão) devolvido(s) para troca com outro que atenda a descrição mínima. As despesas com a troca do(s) item(ns) registrado(s) correrão por conta da **CONTRATADA**.

3.1.1.- O Gestor do Contrato exercerá a fiscalização da entrega dos produtos e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

3.1.2.- As exigências e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto desta licitação.

3.1.3.- Os itens que estiverem com suas embalagens deterioradas no momento da entrega, serão devolvidos para **CONTRATADA** para a devida troca.

3.1.4.- As trocas deverão ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas.

3.1.5.- Havendo eventuais divergências ou dúvidas entre a descrição do produto solicitado e o produto entregue, a **CONTRATANTE** poderá solicitar ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para comprovar a qualidade do objeto licitado, correndo as despesas por conta da empresa contratada, com base do artigo 75 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.2.- As entregas deverão ser realizadas após envio de documento formal (pedido de entrega) mencionando a data prevista e quantidades a ser entregues. O pedido de entrega será encaminhado à **CONTRATADA** através do e-mail: daemogi@gmail.com, disparado pela Divisão de Alimentação Escolar com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

3.3.- No ato da entrega dos produtos, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar pessoal capacitado sob sua inteira responsabilidade para fazer o descarregamento manual nos locais indicados em cada uma das Unidades Escolares, acompanhado pelo responsável designado da Secretaria da Educação – Divisão de Alimentação Escolar.

3.4.- No ato da entrega dos produtos, a data de fabricação deverá ser igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

3.5.- Todas as entregas deverão estar acompanhadas da DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) e certidões negativas dentro da validade referentes ao FGTS e Dívida Ativa da União. Também será obrigatório o envio do arquivo XML para o e-mail: daemogi@gmail.com para pesquisa junto ao SEFAZ (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo).

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS:

4.1.- Os produtos ofertados deverão atender a todas as condições fixadas neste CONTRATO, Cláusula Primeira, atendendo rigorosamente a composição (embalagem do produto deve conter estas informações), medidas, peso, certificações, etc.

4.2.- Os produtos deverão estar rotulados em suas embalagens primárias e secundárias com todas as informações referentes ao fabricante, valores nutricionais, composição, entre outros, conforme legislação vigente.

4.3.- Os produtos deverão ser manipulados em boas condições de higiene, congelados e armazenados em temperaturas adequadas, inclusive no seu transporte, com temperaturas entre -10º a -20º C e bem higienizados em seu interior.

4.4.- Os produtos deverão apresentar-se em embalagens íntegras e livres de sujidades ou de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-las ou encobrir qualquer alteração em seu interior.

4.5.- **ORGANOLÉPTICAS:** Aspecto: Próprio das espécies, não amolecida ou pegajosa; Cor: Própria, uniforme, sem qualquer tipo de mancha; Odor: Próprio; Sabor: Próprio.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1.- Atribui-se ao presente contrato o **valor global** de R\$ _____ (_____).

5.2.- O presente contrato terá a vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, onde serão reconhecidos seus efeitos, podendo ser prorrogado por iguais ou inferiores períodos, conforme Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

5.3.- Por ocasião da contratação, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões de produtos contratados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor pactuado, nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

5.4.- As quantidades contratadas que não forem solicitadas em seu total durante a vigência do contrato, terão seu saldo recuperado, sem quaisquer ônus a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1.- Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias**, contados da entrega e aceite total dos itens contidos no pedido de entrega.

6.2.- Eventuais irregularidades constatadas na entrega do produto, ou até mesmo posteriormente, implicarão na suspensão do pagamento, até que estas sejam verificadas e sanadas. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

6.3.- A **CONTRATADA** fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica em respeito às normas tributárias do Estado de São Paulo.

6.3.1.- A **CONTRATADA** fica obrigada a constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do pedido de fornecimento emitido pela **CONTRATANTE**, sob pena de devolução da mesma.

6.4.- Para recebimento dos pagamentos, a **CONTRATADA** deverá apresentar junto ao documento fiscal, os seguintes documentos emitidos via Internet, dentro de sua validade:

6.4.1.- Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida ativa da União (DAU) por elas administrados.

6.4.2.- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) referente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6.5.- Comprovada irregularidade na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(es).

6.6.- A devolução da documentação fiscal pela **CONTRATANTE**, em hipótese alguma servirá de pretexto para que seja suspenso o fornecimento.

6.7.- As comprovações dos documentos acima relacionados poderão ser feitas através das guias de recolhimento do mês anterior que antecede o pagamento.

6.8.- A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à **CONTRATADA** para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem 6.1, que recomençará a ser contado integralmente a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO:

7.1.- A forma de fornecimento será mediante entregas programadas e parceladas em quantidades e locais informados pela **CONTRATANTE**, mediante comunicação prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

- 8.1.-** Os preços não serão reajustados em períodos inferiores a 12 (doze) meses contínuos na contraprestação dos serviços.
- 8.2.-** No caso de prorrogação será aplicado o índice INPC ou outro índice que o Governo Federal venha a adotar para os Contratos da espécie.
- 8.3.-** Poderá ser utilizada para critérios de preços em eventual prorrogação, e/ou reequilíbrio financeiro econômico, informações do boletim diário de preços emitido pelo IEA (Instituto de Economia Agropecuária) do Estado de São Paulo, para fins de acompanhamento de preços da matéria prima.
- 8.4.-** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CONTRATANTE** para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.
- 8.5.-** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **CONTRATADA**, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas de órgãos oficiais, notas fiscais de aquisição de produtos anterior e posterior à licitação, etc.) que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas, e deverá ser protocolada na sede da **CONTRATANTE**, e endereçada diretamente ao GESTOR DO CONTRATO.
- 8.6.-** Fica facultado a **CONTRATANTE**, através do GESTOR DO CONTRATO a realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **CONTRATADA**.
- 8.7.-** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **CONTRATADA** não poderá suspender o fornecimento.
- 8.8.-** A **CONTRATANTE** quando autorizada a revisão dos preços, lavrará termo aditivo com os preços revisados.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

9.1.- Os recursos orçamentários correrão por conta das dotações mencionadas abaixo para o exercício de 2021 e no que couber no exercício de 2021:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Despesa		Órgão	
826	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental - PROPRIO
827	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental - PNAE
830	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental – QESE
1494	12.361.2006.2076-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Fundamental - FUNDESP
1728	12.362.2006.2077-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino AEE - PNAE
2569	12.365.2006.2557-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Creches - PNAE
2570	12.365.2006.2557-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Pré Escola - PNAE
836	12.365.2006.2557-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda EJA - PNAE
2568	12.362.2006.2077-3390	11.03.00	Fornecimento Merenda Ensino Médio - PNAE

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

10.1.- São obrigações da **CONTRATADA**:

10.1.1.- Entregar o objeto da Cláusula Primeira deste Contrato, **cumprindo rigorosamente todas as exigências descritas no TERMO DE REFERÊNCIA do Pregão Eletrônico nº 22/2021**, segundo as especificações técnicas elaboradas pela **CONTRATANTE** que fazem parte do presente contrato, cumprindo as determinações das SECRETARIA, “**colocando à sua disposição veículos, equipamentos e pessoal necessário para a perfeita execução do contrato**”, sendo, de sua inteira responsabilidade danos causados diretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de manutenções, salários, encargos sociais, taxas e impostos, inclusive indenização por acidente de trânsito.

10.1.2.- Adotar todas as medidas de precaução, para garantia de qualidade e procedência dos produtos em objeto, assegurando suas conformidades de acordo com as normas técnicas aplicáveis ao longo do prazo de vigência deste contrato.

10.1.3.- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo as reclamações nos prazos previstos, durante todo o período de vigência contratual.

10.1.4.- Responder civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, na execução deste contrato, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** e/ou para terceiros, devendo entregar o(s) produto(s) deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

10.1.5.- Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais para que esses possam executar os serviços.

10.1.6.- Identificar a embalagem de transporte no que se refere a lote, fabricação, nome do produto, quantitativo, etc.

10.1.7.- Obter todo o tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para a perfeita execução do fornecimento.

10.1.8.- Responsabilizar-se por todo e qualquer problema ocasionado durante o fornecimento do produto, assumindo todos os ônus de sua execução em caso de devolução.

10.1.9.- Responsabilizar-se pela administração, coordenação e supervisão técnica dos fornecimentos contratados.

10.1.10.- Zelar pela qualidade dos fornecimentos e pela execução nos prazos estipulados neste CONTRATO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

10.1.11.- Substituir o(s) produto(s) que apresentar(em) qualquer problema relativo à qualidade, peso, conservação e, inclusive se constatado danos na(s) embalagem(ns) e, ainda, que apresentem cheiro de mofo, etc., quando da abertura, no prazo de até 02 (dois) dias corridos, contados da notificação, por outro(s) de igual (mesma marca) ou superior qualidade, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

10.1.12.- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.13.- Realizar o transporte dos produtos conforme as exigências para o mesmo.

10.1.14.- Responsabilizar-se com pontualidade pelos fornecimentos ora contratados, nas quantidades solicitadas e de acordo com as solicitações e necessidades da **CONTRATANTE**.

10.1.15.- Disponibilizar pessoal qualificado, em número suficiente, para garantir a execução dos fornecimentos.

10.1.15.1.- Responder pelos atos de seus empregados.

10.1.16.- Comunicar imediatamente, e por escrito, a **CONTRATANTE**, através do Gestor do Contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

10.1.17.- Disponibilizar os produtos sem deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer o uso ou a qualidade dos mesmos, dentro do prazo de validade para consumo.

10.1.18.- Responsabilizar por todas as despesas diretas e indiretas com mão de obra, transportes, bem como os respectivos encargos sociais, trabalhistas, comerciais, tributários, previdenciários e securitários resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

10.1.19.- Responsabilizar pelos danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa sua, na execução dos fornecimentos contratados venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar prejuízos ao Poder Público, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

10.1.20.- Fica desde logo facultado a **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar a execução dos fornecimentos, quando esta julgar conveniente, através de prepostos ou de terceiros especialmente destacados, assegurado a estes o livre acesso ao local de estocagem do objeto.

10.1.21.- A fiscalização por parte da **CONTRATANTE** ou a quem esta designar, não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela qualidade técnica dos fornecimentos contratados.

10.1.22.- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos fornecimentos.

10.1.23.- A **CONTRATADA** deverá ainda manter e cumprir, durante a vigência do contrato decorrente, todas as condições de habilitação exigidas neste Contrato.

10.1.24.- A **CONTRATADA** não será responsável por:

10.1.24.1.- Qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

10.1.24.2.- Quaisquer trabalhos, fornecimentos ou responsabilidades não previstos expressamente neste Contrato.

10.1.25.- A **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, ou seja, não será permitida a terceirização dos fornecimentos.

10.1.26.- A **CONTRATADA** declara aceitar, integralmente, todos os procedimentos de controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

10.2.- São obrigações da **CONTRATANTE**:

10.2.1.- Empenhar, para o cumprimento deste Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observadas as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(ais) emitida(s), nos termos da Cláusula Sexta.

10.2.2.- Disponibilizar espaço físico adequado no local de entrega.

10.2.3.- Comunicar à **CONTRATADA** todo e qualquer problema de qualidade com os produtos entregues.

10.2.4.- Permitir e facilitar o acesso ao local de entrega.

10.2.5.- Responsabilizar-se pela conferência e guarda dos produtos após o recebimento.

10.2.6.- Proporcionar todas as condições de sua responsabilidade para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações.

10.2.7.- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**.

10.2.8.- Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

10.2.9.- Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

10.2.10.- Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

10.2.11.- Emitir previamente, por escrito, o(s) Ofício(s) de Compra(s) citados.

10.2.12.- Após a assinatura do Contrato, caberá a **CONTRATANTE** a prerrogativa de:

10.2.12.1.- Modificar, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados, os direitos deste Contrato.

10.2.12.2.- Fiscalizar a execução dos fornecimentos ora contratados.

10.2.12.3.- Verificar as conformidades dos fornecimentos com as normas especificadas e se estão devidamente adequados para garantir a qualidade desejada.

10.2.12.4.- Ordenar à **CONTRATADA** corrigir, refazer, substituir ou reconstruir as partes dos fornecimentos a serem executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

11.1.- A inexecução total ou parcial deste contrato, bem como sua execução irregular ou com atraso injustificado terá como consequência a aplicação, segundo a gravidade da falta e de forma gradativa, atendendo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, nos termos do art.7º da Lei Federal nº 10.520/02 e art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 a alterações, as seguintes sanções:

11.2.- ADVERTÊNCIA:

11.2.1.- Serão aplicadas sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido diretamente, e poderão instruídas no processo licitatório em referência.

11.3.- MULTA DE MORA:

11.3.1.- Será aplicada caso seja comprovado o atraso injustificado e sujeitará a **CONTRATADA** à multa sobre o valor da obrigação não cumprida, contados à partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

11.3.2.- Multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

11.3.3.- Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

11.3.4.- A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia de atraso, estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no item 11.3.4.1.1.

11.3.4.1.- Pela inexecução total ou parcial deste contrato poderão ser aplicadas ainda:

11.3.4.1.1.- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida.

11.3.5.- O prazo para pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) será de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua cobrança.

11.3.6.- Multas não pagas serão inscritas como dívida ativa, sujeitando-se a **CONTRATADA** a processo executivo.

11.3.7.- As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis Federais nºs. 8.666/93 e 10.520/02.

11.3.8.- Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a **CONTRATANTE** reterá o valor da multa dos eventuais créditos que a **CONTRATADA** tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

11.4.- SUSPENSÃO:

11.4.1.- Pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Mogi Guaçu, no caso de reincidência em faltas já apenadas com ADVERTÊNCIA, bem como no caso de faltas graves que impliquem a rescisão deste contrato.

11.4.2.- Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos da **CONTRATADA**, que não poderá exceder a 05 (cinco) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

11.5.- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:

11.5.1.- A ser aplicada quando a **CONTRATADA** praticar atos ilícitos ou cometer faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

11.5.2.- As sanções descritas nos itens 11.3, 11.4 e 11.5 serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia, nos prazos determinados pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e Lei Federal nº 10.520/02.

11.5.3.- Sem prejuízo da aplicação à **CONTRATADA** das sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** recorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes deste contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

11.5.4.- Dependendo da infração cometida, a **CONTRATANTE**, a seu critério poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5.5.- O não cumprimento injustificado das obrigações contratuais, por parte da **CONTRATADA**, sujeita também, às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1.- O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

12.1.1.- UNILATERALMENTE, pela **CONTRATANTE**, quando ocorrer os motivos previstos nos incisos I ao XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

12.1.1.1.- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará a consequências previstas no art. 80, inciso I a IV, no que couber, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

12.1.2.- BILATERALMENTE, por acordo entre as partes, prevalecendo à conveniência da **CONTRATANTE**;

12.1.3.- JUDICIALMENTE, nos termos da legislação de regência.

12.2.- Na hipótese de rescisão deste contrato, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

12.3.- O presente instrumento não poderá ser sublocado, arrendado ou transferido a terceiros, sob pena de rescisão do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO / CONTROLE DA EXECUÇÃO, DO GESTOR DO CONTRATO E DO PREPOSTO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904
CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br
e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

13.1.- A fiscalização dos fornecimentos pela **CONTRATANTE** não exime nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

13.2.- A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, fundamentados nos Artigos 66, 67 e 68 da Lei Federal nº 8.666/93, executarão fielmente o contrato, sendo este acompanhado pelos representantes designados:

13.2.1.- DA CONTRATANTE:

13.2.1.1.- GESTOR DO CONTRATO:

Ricardo Tobias de Moraes

Assessor Técnico

CPF 252.594.618-94

daemogi@gmail.com

13.2.1.2. GESTOR SUBSTITUTO EDUCAÇÃO

Miguel Antonio Borges da Silva Junior

Diretor de Departamento

CPF 311.080.978-80

almojarifado.se@gmail.com

13.2.2.- DA CONTRATADA:

13.2.2.1.- PREPOSTO:

NOME:

FUNÇÃO:

CPF Nº

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1.- Em garantia ao fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas neste contrato e o ressarcimento de quaisquer prejuízos causados a **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** depositará no ato da assinatura deste instrumento, uma das seguintes modalidades de garantia, na importância equivalente **a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato**, mencionado no item 5.1:

14.1.1.- Caução em dinheiro; ou

14.1.2.- Em Títulos da Dívida Pública; ou

14.1.3.- Seguro Garantia; ou

14.1.4.- Fiança Bancária.

14.2.- A garantia a que se refere esta cláusula deverá ser depositada na TESOURARIA da **CONTRATANTE**, no andar térreo do mesmo endereço mencionado no início deste contrato.

14.3.- A garantia contratual deverá ser renovada sempre que seu prazo de validade não corresponder à efetiva aceitação final e definitiva da obra, sob pena de suspensão de pagamento de fatura pendente.

14.4.- A garantia fornecida pela **CONTRATADA** será devolvida num prazo de 10 (dez) dias da emissão do Termo de Recebimento definitivo da obra, mediante requerimento por escrito da **CONTRATADA**.

14.5.- Os valores, as cauções feitas em dinheiro, ou os documentos que as constituem, serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram recolhidos, respeitados os termos do parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

14.6.- Se a garantia for depositada em títulos, estes não poderão estar onerados por cláusulas de impenhorabilidade, intransferibilidade ou inalienabilidade, nem adquiridos compulsoriamente e deverão ser do tipo ao portador.

14.7.- Adicionalmente, a **CONTRATADA** deverá depositar a importância de **R\$ _____** (_____), em uma das modalidades de garantia mencionadas no item 14.1 e no mesmo local definido no item 14.2, por ocasião da assinatura deste contrato, pela aplicação do critério de cálculo estabelecido no artigo 48, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;

14.8.- Esta garantia também será devolvida quando do encerramento contratual, nos mesmos critérios estabelecidos nesta cláusula.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO:

15.1. – Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1.- Fica expressamente estabelecido, por força deste contrato, a isenção de qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**, ficando a **CONTRATADA**, a total responsabilidade de empregadora com as despesas de seus empregados, inclusive os encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra, obrigando-se assim ao cumprimento das disposições legais, quer quanto à remuneração de seus empregados, como dos demais encargos de qualquer natureza, e seguro contra acidentes de trabalho.

16.2.- Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritos, o Edital, seus anexos e, a Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA** alterada pelos lances ofertados durante a sessão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TOLERÂNCIA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

17.1.- Caso uma das partes contratantes, em benefício da outra, tolere, ainda que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste contrato e/ou documentos que o integram, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas ou condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido, sujeitando o responsável que lhe tiver dado causa das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:

18.1.- Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93, o presente CONTRATO será publicado no Diário Oficial do Estado na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

18.1.- Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relativas ou resultantes deste CONTRATO, que não tenham sido resolvidas administrativamente.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas deste contrato, firmado em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas legalmente capazes.

Mogi Guaçu, ____ de _____ de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU
RODRIGO FALSETTI
PREFEITO MUNICIPAL
P/ CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL
NOME
CARGO
P/ CONTRATADA

GESTOR DO CONTRATO
Ricardo Tobias de Moraes
Assessor Técnico
CPF 252.594.618-94
daemogi@gmail.com

GESTOR SUBSTITUTO
Miguel Antonio Borges da Silva Junior
Diretor de Departamento
CPF 311.080.978-80
almoxarifado.se@gmail.com

TESTEMUNHAS:

NOME
CPF nº
P/ CONTRATANTE

NOME
CPF nº
P/ CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Loteamento Morro do Ouro - TEL(19) 3851-7030/7031 - CEP 13840-904

CNPJ/MF nº 45.301.264/0001-13 – Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

e-mail: cml@mogiguacu.sp.gov.br / sa-pregao@mogiguacu.sp.gov.br

ANEXO - VI

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

CONTRATADA:

CONTRATO nº _____/2021

PREGÃO ELETRÔNICO nº 22/2021

PROCESSO LICITATÓRIO nº 12.577/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARNES: BOVINAS, SUÍNAS E AVES, IQF, DE FORMA PROGRAMADA E PARCELADA, POR UM PÉRIODO DE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Mogi Guaçu, _____.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: RODRIGO FALSETTI

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: RODRIGO FALSETTI

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo(a) contratante:

Nome: RODRIGO FALSETTI

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratado(a):

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: CLAYTON DAL'AVA

Cargo: Secretário Municipal Interino da Educação

CPF: 376.318.536-49

Assinatura: _____